
A lei geral da acumulação capitalista e a teoria de crise baseada na escassez de força de trabalho

Dayani Cris de Aquino¹

Resumo: Este trabalho analisa, à luz da lei geral da acumulação capitalista e de outros desenvolvimentos teóricos de Marx, os argumentos da teoria de crise baseada na escassez de força de trabalho. Na primeira seção apresentam-se os três argumentos de Marx acerca da relação entre a acumulação e o movimento dos salários: (i) supondo que a composição do capital não varie, então, o ritmo da acumulação regulará o movimento dos salários; (ii) supondo que o aumento da composição do capital seja expressão dominante no capitalismo, o exército industrial de reserva será o mecanismo regulador dos salários; (iii) a natureza cíclica de formação da superpopulação relativa. Na segunda seção, apresentam-se os argumentos da teoria de crise baseada na escassez de força de trabalho, cujo ponto central é a manutenção constante da composição do capital na fase da prosperidade de modo a exaurir o exército industrial de reserva provocando o aumento dos salários, a queda da lucratividade e, por fim, a crise. Na última seção apresenta-se a crítica a este tipo de explicação para crise baseando-se em quatro pontos: (i) as indicações metodológicas deixadas por Marx acerca do estudo das crises econômicas; (ii) o trato inadequado dos conceitos de concreto e abstrato; (iii) a relação entre a concorrência e a composição do capital; (iv) a noção de exército industrial de reserva.

Palavras-chave: acumulação de capital; crise; escassez de força de trabalho.

¹ Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: dayani@ufpr.br

The general law of capitalist accumulation and the labour power shortage theory

Abstract: *This paper analyses, based in general law of capitalist accumulation and other theoretical developments of Marx, the arguments of the labour power shortage theory of crisis. The first section presents the three arguments of Marx about the relationship between accumulation and the movement of wages: (i) assuming that the composition of capital does not change, then, the pace of accumulation regulates the movement of wages; (ii) assuming that increasing composition of capital express dominant relationship in capitalism, the industrial reserve army will be the regulatory mechanism of wages; (iii) the cyclical nature of relative surplus-population. The second section, presents the arguments of the labour power shortage theory of crisis, whose central point is to maintain constant the composition of capital at the stage of prosperity in order to exhaust the industrial reserve army causing the increase in wages, fall in profitability and ultimately the crisis. The last section presents criticism of this kind of explanation for crisis based on four points: (i) the methodological aspects indicated by Marx on the study of economic crises; (ii) the inadequate treatment of the concepts of concrete and abstract; (iii) the relationship between competition and composition of capital; (iv) the concept of industrial reserve army.*

Keywords: *capital accumulation; crisis; labour power shortage.*

JEL: E24; E32

Introdução

A literatura marxista dedicada ao estudo das crises econômicas é bastante extensa e pouco consensuada. As diversas vertentes teóricas costumam focalizar apenas um aspecto do processo de reprodução do capital e colocá-lo como elemento determinante da crise. O subconsumismo tenta explicar a crise alegando a incapacidade da sociedade em consumir tudo o que produz; os teóricos da desproporção destacam que o desequilíbrio entre os diversos setores produtivos impede a completa realização do valor produzido; a teoria da escassez de força de trabalho argumenta que o aumento dos salários pode constituir-se numa barreira à acumulação e assim por diante. Todas essas explicações apontam aspectos observáveis na aparência do fenômeno, mas não conseguem identificar os nexos causais subjacentes de modo a coadunar as contradições do capitalismo num corpo teórico coerente e consistente.

O objetivo deste artigo é analisar à luz da lei geral da acumulação capitalista e de outros desenvolvimentos teóricos de Marx, os argumentos da

teoria de crise baseada na escassez de força de trabalho (também conhecida como *profit squeeze*). Makoto Itoh, principal representante desta vertente teórica, pretende demonstrar que o aumento dos salários, decorrente da exaustão do exército industrial de reserva, constitui-se numa barreira para acumulação e, portanto, no elemento causador da crise. Essa proposição se contrapõe à tese fundamental da obra de Marx de que o capitalismo produz, inevitavelmente, uma superpopulação relativa que tende a pressionar os salários para baixo, mesmo apresentando, em alguns períodos, aumento nas taxas salariais.

Assim, na tentativa de lançar luz sobre essas questões, o artigo será estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção fará uma síntese sobre a argumentação de Marx a respeito da dinâmica da acumulação de capital, destacando dois resultados principais. O primeiro é a relação entre a acumulação e os salários. Considerada sob a hipótese de que a composição do capital é mantida constante, essa relação indica que os salários serão regulados pela expansão e contração da acumulação. Sob a hipótese de que a composição do capital aumenta, então, os salários serão regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva. O segundo resultado é a natureza cíclica da formação desse exército industrial de reserva, além da importância da manutenção desta superpopulação relativa para o próprio sistema. A segunda seção apresenta a argumentação teórica do *profit squeeze* na perspectiva de Makoto Itoh que tenta coadunar os resultados apresentados por Marx na lei geral da acumulação capitalista, investigando tanto a formação, exaustão e reconstituição do exército industrial de reserva como seu efeito sobre o movimento dos salários. A terceira seção apresenta uma análise crítica do *profit squeeze* tentando demonstrar que com base na lei geral da acumulação capitalista e no conceito de concorrência de Marx o aumento dos salários não pode constituir-se como entrave à acumulação.

1. dinâmica da acumulação de capital

A acumulação de capital, do ponto de vista marxista, consiste na aplicação da mais-valia obtida em períodos anteriores para ampliação do processo produtivo atual. Esse processo se dá através da compra de meios de produção e força de trabalho. Quando se supõe que as mercadorias são vendidas pelo seu valor, então, os salários equivalem ao valor da

força de trabalho e variam de acordo com este valor². Contudo, os salários, geralmente, se desprendem do valor da força de trabalho em função da diferença entre a demanda e a oferta de força de trabalho. A magnitude da oferta de força de trabalho está diretamente relacionada com a magnitude do exército industrial de reserva. Este varia em decorrência do aumento da população trabalhadora tanto pela via do crescimento populacional como da substituição de trabalhadores por máquinas. É precisamente por esse último motivo que os salários devem ser considerados endógenos na teoria marxista, já que dependem das modificações na composição orgânica do capital.

Em vista disso, o movimento dos salários deve ser investigado dentro da dinâmica da acumulação. Marx, na sua “Lei geral da acumulação capitalista”, apresenta dois resultados principais que mostram o efeito da acumulação sobre os salários. O primeiro item apresentará a relação entre a acumulação e os salários concluindo que estes são regulados pelo exército industrial de reserva. O segundo item apresentará a natureza cíclica de formação do exército industrial de reserva.

1.1 A Lei Geral da Acumulação Capitalista

O primeiro resultado a ser discutido é a relação entre a acumulação e os salários. Marx desenvolve esta análise a partir de duas hipóteses: primeiro mantendo-se constante a composição orgânica do capital e, em seguida, variando essa composição. Tomando-se a primeira hipótese de que não se modifica a proporção entre a quantidade do capital variável exigida para por em funcionamento determinada quantidade de capital constante e, ainda, mantendo-se inalteradas as demais condições, o que ocorre com os salários quando o excedente de um período é continuamente reinvestido no período seguinte, isto é, quando decorre o processo de acumulação de capital?

O argumento de Marx é que se o excedente for sempre dividido na mesma proporção entre capital variável e capital constante, então a procura por força de trabalho aumentará, a cada ano, na mesma proporção em que aumentar o capital. Se esse processo se repete continuamente, de forma que a intensidade do crescimento da acumulação do capital exceda o crescimento da população trabalhadora, então, a procura por força de trabalho será maior do que a oferta e, assim, haverá pressão para aumentar os salários. Os salários aumentarão, mas somente até certo ponto, pois a partir do momento em que alcancem patamares muito

² O valor da força de trabalho não pode ser considerado uma magnitude nem constante nem exógena, já que varia de acordo com o grau de civilização de um dado país e este, por sua vez, pode aumentar com o aumento da produtividade do trabalho (Giussani 1991).

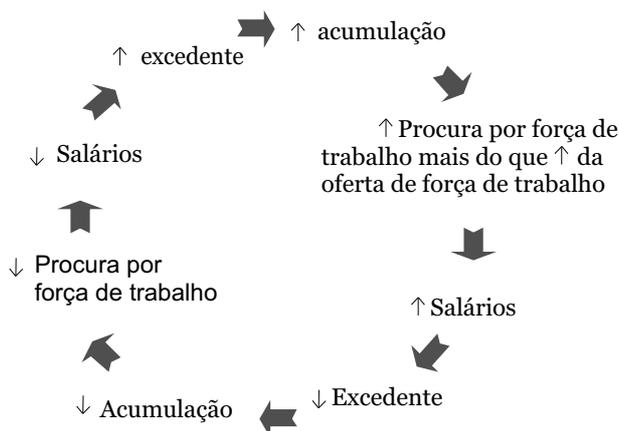
altos, relativamente ao excedente, a diminuição deste leva a queda da acumulação. Uma menor acumulação diminuirá a procura por trabalho (aumentando a superpopulação relativa) e conseqüentemente desaparecerá a pressão para alta dos salários, então, estes diminuirão. A diminuição dos salários possibilita um novo aumento do excedente e o processo repete-se de forma circular, como mostrado na Figura 1.

Com isso Marx sugere que os salários podem aumentar, mantida a hipótese de que a composição orgânica do capital permanece constante, somente até o ponto no qual não atrapalham a acumulação:

Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta deste modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. (...) Abstraindo inteiramente a elevação do salário com preço decrescente do trabalho etc., seu aumento significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição *nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema.* (...) Ou o preço do trabalho continua a se elevar, porque sua elevação não perturba o progresso da acumulação; (...) Ou, este é o outro lado da alternativa, a acumulação afrouxa devido ao preço crescente do trabalho, pois o aguilhão do lucro embota. (Marx 1985a:191-192)

Portanto, sob esta hipótese é o movimento de alta ou baixa da acumulação que regula o nível dos salários e não o contrário. “Expressando matematicamente: a magnitude da acumulação é a variável independente, o montante dos salários, a variável dependente, não sendo verdadeira a afirmação oposta.” (Marx 1985a:192).

FIGURA 1 – O AJUSTE DOS SALÁRIOS COM COC CONSTANTE



Retirando a hipótese de que a composição orgânica do capital mantenha-se constante e considerando agora o aumento desta composição, o que ocorrerá com os salários durante o processo de acumulação de capital? Para responder essa pergunta deve-se esclarecer, primeiramente, o que significa uma mudança na composição do capital e qual a sua implicação no curto prazo.

O aumento da relação entre capital constante e variável, ou seja, o aumento de $(\frac{c}{v})$ pode originar-se a partir de diversas fontes: do aumento em c permanecendo constante v ; da diminuição de v permanecendo constante c ; do aumento em c simultaneamente a diminuição em v etc. O importante é notar que tais variações estão relacionadas à introdução de novas máquinas, instrumentos ou métodos de trabalho no processo produtivo. A implicação destas modificações na composição do capital reflete-se diretamente no aumento da produtividade do trabalho. De um lado, o aumento da produtividade, numa firma individual, permite a produção de mais mercadorias num mesmo espaço de tempo, reduzindo, assim, o valor das mercadorias e, conseqüentemente, o preço individual. Isso possibilita ao capitalista individual auferir mais-valia extra, por ser seu preço individual mais barato que o de mercado. E ainda, o aumento da produtividade nos ramos que produzem as mercadorias consumidas pelos trabalhadores, possibilita a diminuição do valor da força de trabalho, fazendo aumentar a taxa de mais-valia pela via relativa. De outro lado, o aumento da produtividade torna supérflua parte da força de trabalho empregada, já que um número menor de trabalhadores é capaz de produzir a mesma quantidade de mercadorias que era produzida antes do aumento da produtividade gerando, assim, aumento do exército industrial de reserva.

É precisamente esse segundo efeito que modifica o resultado final da análise do movimento dos salários comparativamente ao resultado obtido sob a hipótese de composição orgânica constante. Considerando-se constante a composição do capital, o nível dos salários será regulado pela alta ou baixa da acumulação e o aumento do exército industrial é uma conseqüência da redução do ritmo de acumulação. Inversamente, se o aumento na composição orgânica do capital e, conseqüentemente, o aumento da produtividade do trabalho, forem os elementos predominantes do processo de acumulação, então, a necessidade de força de trabalho tenderá a diminuir. Cabe ressaltar que, nesta situação, a diminuição da procura por força de trabalho não se dá por que o ritmo da acumulação diminuiu, mas ao contrário, ela ocorre a despeito da crescente taxa de acumulação. Isso gera, portanto, uma superpopulação relativa, a qual se tornará, conforme Marx, o mecanismo regulador dos salários. Portanto, “os movimentos gerais dos salários se regulam *exclusivamente* pela expansão e contração do exército industrial de re-

serva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial.” (Marx 1985a:204)

1.2 O Exército Industrial de Reserva e suas Formas

O segundo resultado apresentado por Marx é a “lei da população” no capitalismo. Esta “lei” demonstra que o movimento da acumulação do capital produz uma crescente superpopulação relativa, também denominada exército industrial de reserva, ao longo das fases do ciclo econômico. Isso ocorre, pois o aumento contínuo do capital constante em relação ao variável libera força de trabalho, a qual não pode ser totalmente reabsorvida no processo produtivo, mesmo com o aumento da acumulação, já que “sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável ela [a procura por trabalho] cai progressivamente com o aumento do capital global” dada a mudança na composição orgânica deste capital. (Marx 1985a:199)

Importante notar que, para Marx, a superpopulação relativa é produto *necessário* da acumulação de capital e torna-se, portanto, a alavanca da acumulação e até mesmo a “condição de existência do modo de produção capitalista” (1985a:200). Isto reforça a idéia de que, para Marx, o aumento da composição do capital é elemento característico e inerente ao processo de acumulação, sendo que “os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se *cada vez mais curtos*.” (1985a:199)

Portanto, embora na fase de prosperidade a superpopulação possa ser em parte exaurida, a tendência contínua de aumento da composição orgânica do capital implica que, a cada novo ciclo, a acumulação se dê sobre bases técnicas cada vez mais mecanizadas e, portanto, a cada ciclo o exército industrial de reserva se apresenta maior que no anterior.

Essa superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva pode assumir três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. A superpopulação relativa sob a forma *flutuante* caracteriza-se pelos trabalhadores que “são ora repelidos ora atraídos em quantidade maior” para dentro do processo produtivo, ou seja, aqueles trabalhadores que são demitidos em função de uma contração da atividade industrial e que serão reabsorvidos, em maior ou menor proporção de acordo com as necessidades de nova expansão do capital.

Sob a forma *latente*, encontram-se os trabalhadores que são expulsos da atividade agrícola em função da crescente capitalização da agricultura e da conseqüente introdução de máquinas e equipamentos que dimi-

nuem a demanda por força de trabalho. Essa população trabalhadora rural transferir-se-á para a cidade, à procura de ocupação, na medida em que a agricultura tem muito menos poder de reabsorção de trabalhadores do que a indústria.

Por fim, a forma *estagnada* da superpopulação relativa “constitui-se parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. (...) Conhecemos já sua configuração principal sob o nome de trabalho a domicílio.” (Marx 1985a:208). Esse tipo de atividade domiciliar exige dispêndio máximo de trabalho e proporciona os menores salários possíveis, incorporando os trabalhadores que se tornaram supérfluos na indústria e na agricultura.

Então, conforme exposto, o exército industrial de reserva é formado pelo contínuo aumento da composição orgânica do capital, ou em outras palavras, pela constante substituição de força de trabalho por novas máquinas ou métodos de produção, pois esse tipo de procedimento aumenta a produtividade do trabalho trazendo como conseqüência a liberação de parte da força de trabalho, tornando-a excedente relativamente ao capital acumulado.

No entanto, a intensidade na qual essa superpopulação relativa é formada depende das fases do ciclo industrial, conforme observou Marx (1985a:201): “o curso característico da indústria moderna (...) com a intercorrência de movimentos oscilatórios menores, constituído de fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação, baseia-se na formação contínua, na maior ou na menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva.”

Portanto, se o exército industrial de reserva se expande e se contrai, tal como Marx propõe, na medida em que é formado, exaurido e reconstituído dentro do ciclo de negócios e se os salários são regulados por tal expansão e contração, então os salários deverão, também, variar ciclicamente dentro de tal processo. Cabe ressaltar que à medida que a mecanização penetra todas as esferas da sociedade (industrial, comercial, agrícola, financeira) o exército industrial cresce a ponto de ficar cada vez mais difícil sua exaustão significativa nas fases de prosperidade.

2. A escassez de força de trabalho como causa da crise

Os ciclos e crises econômicas dispensam demonstrações científicas para atestar sua existência e recorrência, pois a própria experiência empírica se encarrega deste trabalho. No entanto, o que instiga as pesquisas científicas é a tentativa de explicar as *causas* dos ciclos e das crises. Neste

quesito a teoria marxista é ainda pouco consensuada, existindo várias interpretações sobre o mesmo fenômeno.

É curioso observar que, embora Marx não tenha indicado um mecanismo unicausal para explicar o fenômeno *crise*, a quase absoluta maioria de autores marxistas se apegou, de diferentes formas, a *apenas um* aspecto do processo de reprodução do capital, colocando tal aspecto como determinante da crise. As próprias classificações para as teorias de crise marxistas, sugerem esse apego. A tipologia proposta por Itoh (1988) aponta duas grandes abordagens que pretendem explicar as crises das economias capitalistas. A primeira, denominada pelo autor como “teorias de excesso de mercadorias” e a segunda chamada de “teorias de excesso de capital”. Cada uma delas contém duas variantes. As teorias de excesso de mercadorias subdividem-se em teoria do sub-consumismo e teoria da desproporção entre ramos industriais. As teorias de excesso de capital segmentam-se na teoria da escassez de força de trabalho e na teoria da crescente composição orgânica do capital. Nota-se, portanto, a falta de consenso entre os teóricos e a necessidade de construção de uma teoria de crise que parta das indicações metodológicas deixadas pelo próprio Marx. Todavia, essa tarefa excede o escopo do presente trabalho. Pretende-se apenas apresentar a teoria de crise de Itoh (1988) baseada na hipótese de escassez de força de trabalho (que ficou conhecida como *profit squeeze*³) e apontar suas limitações colocadas pela própria lei geral da acumulação capitalista.

Para isso, subdividiu-se a seção em três itens. O primeiro apresentará os resultados do processo de acumulação no decorrer da fase de prosperidade, tendo como argumento principal a manutenção relativamente constante da composição orgânica do capital. A consequência dessa hipótese é a contínua absorção da superpopulação relativa existente e, por extensão, o aumento dos salários nominais no final desta fase. O segundo item mostrará o processo de crise, o qual é atribuído à “absoluta superprodução de capital” em relação à população trabalhadora, assim como, o movimento descrito pelo salário. E o terceiro apresentará a fase de depressão, cuja característica principal é o aumento da composição orgânica do capital e a consequente reconstituição do exército industrial de reserva e seus efeitos sobre os salários.

³ A *profit squeeze theory* supõe que a queda da lucratividade se dá em decorrência do aumento salarial. Entretanto, alguns autores, como Weisskopf (1979), sustentam que o aumento salarial ocorre em função da luta e do poder de barganha dos trabalhadores, enquanto Itoh (1988) argumenta que se a composição do capital se mantém constante na fase de prosperidade a acumulação de capital exaure o exército industrial de reserva e, por isso, os salários aumentam.

2.1 A prosperidade

Nesta fase, Itoh utiliza a primeira hipótese de Marx, discutida acima, referente ao aumento da acumulação acompanhado por uma composição orgânica relativamente constante. O autor argumenta que isso é possível, na prosperidade, por dois motivos. Primeiro é que a pressão competitiva não é tão forte nesta fase, de modo que, as motivações para o aperfeiçoamento da produtividade e para racionalização dos métodos são mais brandas. Na verdade, para ele, a concorrência atua de forma diferente na fase da prosperidade e da depressão. Nesta última, a competição é intensificada como resultado da “absoluta superprodução de capital”, como será visto mais adiante (Itoh 1988:300). O segundo motivo é que a grande quantidade de capital fixo impõe algumas restrições para mudanças radicais nos métodos. Desta forma, existindo uma superpopulação relativa, herdada da fase anterior, esse aumento da acumulação, com composição orgânica relativamente constante, absorverá parte desses trabalhadores sem causar pressão sobre os salários.

Uma característica importante desta fase é que os preços flutuam dentro de intervalos bem mais limitados, diminuindo o desequilíbrio entre os preços de mercado e os preços de produção. Isso permite que a acumulação se expanda em condições mais estáveis do mercado de trabalho e favoreça o processo de equalização da taxa de lucro através das esferas industriais. Além disso, o sistema de crédito, com taxas de juros baixas, ajuda a promover a acumulação de capital. Enquanto o processo de acumulação se dá com taxas de lucro relativamente “estáveis e satisfatórias”, a superpopulação relativa será absorvida proporcionalmente ao aumento do capital. Itoh supõe que a taxa de capital anualmente acumulado, como sendo uma função da taxa de lucro, deverá ultrapassar a taxa de crescimento da população, reduzindo a superpopulação relativa.

Assim, no final da fase de prosperidade, o exército industrial de reserva deverá estar tão reduzido a ponto de iniciar uma pressão para o aumento dos salários. Itoh supõe que a inelasticidade da oferta de força de trabalho é capaz de fazer aumentar os salários nominais e, conseqüentemente, elevar os salários reais, de modo que a mais-valia e o lucro diminuam continuamente. Portanto, esse processo de queda da taxa de lucro, em função do aumento dos salários, deve resultar numa “absoluta superprodução de capital” conforme observado por Marx:

Na medida em que o capital cresce em tal proporção à população trabalhadora que nem o tempo de trabalho absoluto que essa população oferta nem seu tempo de trabalho extra pode ser aumentado (isso de qualquer maneira, não seria factível com demanda por trabalho tão intensa, a ponto de haver uma tendência à elevação dos salários); onde,

por isso, o capital aumentado produz apenas a mesma massa de mais valia que antes, haverá uma superprodução de capital; i.e. a expansão de $C + C$ não produzirá qualquer lucro a mais, ou ainda, produzirá menos lucro, que o capital C produzia antes de seu aumento em DC . (Marx *apud* Itoh 1988:308)

Nesta situação, Itoh argumenta que os capitalistas podem tentar manter parte de seus capitais ociosos objetivando aliviar as dificuldades postas pela superacumulação de capital. No entanto, este artifício resulta em perda de parcela de mercado acelerando, ainda mais, a queda tanto da massa como da taxa individual de lucro. Assim, na última fase da prosperidade, os capitalistas individuais devem continuar o processo de expansão, na tentativa de manter ou aumentar seus lucros.

Para Itoh, a superacumulação de capital, causada pelo aumento dos salários, produz três efeitos principais, no fim da prosperidade: primeiro, amplia a flutuação dos preços de produção das mercadorias; segundo, provoca o desenvolvimento das operações especulativas; e, por fim, reverte as funções do crédito⁴.

O ponto fundamental da teoria de Itoh a ser analisado é a hipótese de que na prosperidade a composição do capital se mantém constante. Todas as demais implicações decorrem desta hipótese, isto é, a diminuição do exército industrial de reserva decorrente do aumento da acumulação com composição constante do capital; o aumento dos salários em função da escassez de força de trabalho; a queda da lucratividade em função do aumento dos salários; e por fim, a crise.

4 O primeiro resultado, a ampliação da flutuação dos preços de produção das mercadorias, se dá através da variação dos preços de custo, os quais são afetados pelo aumento dos salários, de acordo com a composição do capital nas diferentes esferas de produção. O preço de produção das mercadorias produzidas nos setores com composição do capital menor do que a média deve aumentar, enquanto que o preço de produção das mercadorias produzidas nos setores com composição do capital maior do que a média deve cair, na medida em que a equalização da taxa de lucro atua entre as diversas esferas produtivas. O segundo resultado, o desenvolvimento especulativo, refere-se ao aumento do comércio especulativo e o armazenamento em grande escala daquelas mercadorias, cujo preço tende a aumentar. O sistema de crédito torna-se um importante instrumento para viabilizar esse crescimento irregular. No terceiro resultado, esse processo de superacumulação de capital e seu conseqüente desenvolvimento especulativo são restringidos pelo aumento da taxa de juros, juntamente com a reversão das funções do sistema de crédito, além da contínua queda da taxa de lucro. O sistema de crédito, na fase inicial da prosperidade, ofertava grandes quantidades de capitais para empréstimos e, como conseqüência, apresentava baixas taxas de juros. No final desta fase, dado o aumento significativo das operações especulativas e da demanda por capital para pagamento dos salários, ambos financiados em grande parte pelo crédito, este sistema terá suas funções revertidas, ou seja, haverá diminuição da oferta de crédito e conseqüente aumento da taxa de juro. Desta forma, a última fase de prosperidade transforma-se, então, numa aguda crise (Itoh 1988).

2.2 A crise

Na etapa final da prosperidade, o sistema de crédito é intensamente utilizado para garantir o comércio especulativo. Isso ocorre, principalmente, no comércio atacadista. Itoh enfatiza que com a reversão das funções do crédito, isto é, a restrição da oferta de crédito e o aumento da taxa de juros, o começo da crise se dá pelo colapso das operações especulativas exatamente no comércio atacadista, pois as operações no varejo são sustentadas, por algum tempo, pelo consumo imediato. O resultado disso é um choque tanto no mercado de bens como no mercado monetário.

Itoh tenta demonstrar que ao espalhar-se por várias esferas industriais a dificuldade para encontrar o dinheiro suficiente para manter as operações especulativas, isso resultará em uma série de insolvências, já que os preços das mercadorias – os quais alcançaram os mais altos níveis na última fase da prosperidade – caem subitamente, impossibilitando a venda daquelas aos preços esperados.

Os bancos passam a restringir a concessão de novos empréstimos – tanto para capitalistas comerciais como industriais – com o objetivo de assegurar suas próprias reservas em caixa e evitar sua própria insolvência. Essa restrição do crédito faz aumentar drasticamente a taxa de juros, para os níveis mais altos observados em todo o ciclo. Como consequência dessas altas taxas de juros o processo de acumulação é inviabilizado, na medida em que se tornou extremamente dependente do crédito para realizar as transações das mercadorias, ou seja, as altas taxas de juros tornam excessivamente oneroso e sem sentido o processo de valorização de capital dependente do crédito. Em vista disso, o excesso de mercadorias existentes terá de ser vendido, mesmo sob o sacrifício de preços menores, com vistas a liquidar débitos passados entre os capitais reais.

Este cenário demonstra a dificuldade inerente posta pela superacumulação de capital, a qual pode se expressar na aparição contraditória de uma absoluta escassez de dinheiro no mercado monetário e um absoluto excesso de mercadorias no mercado de bens. Frente ao colapso desses dois mercados verifica-se uma paralisação e contração dos negócios, uma onda de falências pode atingir as esferas industriais e comerciais, assim como, o setor bancário.

Como consequência de tais falências observa-se o aumento significativo do desemprego e, por extensão, a diminuição dos salários. Desta forma, a queda da demanda efetiva por parte dos trabalhadores colabora com a dificuldade de venda das mercadorias existentes. Assim, “o tripé clássico da crise comercial, crise creditícia e crise industrial é,

então, completado.” (Itoh 1988:315). Na crise, predomina o aumento do número de falências e, com isso, tendência é o aumento do desemprego e, portanto, a queda dos salários nominais. Como as falências não atingem igualmente todos os capitais (dada a heterogeneidade dos capitais e, portanto, o processo irregular e anárquico de destruição dos mesmos), alguns conseguem aliviar suas dificuldades mais facilmente do que outros, seus valores são mais ou menos conservados. Então, após o conturbado período de liquidação de débitos e liquidação de estoques de mercadorias, esses capitais que sobreviveram à aguda crise, recomençarão lentamente seu processo de valorização durante a fase de depressão.

2.3 A depressão

As relações de débito foram liquidadas e os estoques de mercadorias esgotaram-se na última etapa da crise. Estes dois elementos têm implicações importantes. Por um lado, devido a este processo de liquidação dos débitos, os capitalistas (industriais, comerciais e bancos) que sobreviveram à crise direcionam seus capitais-dinheiro, para o sistema bancário na forma de fundos de depreciação ou fundos de acumulação, os quais serão mantidos ociosos e desempenharão importante papel na retomada da acumulação, depois de passada a depressão. Como consequência desta acumulação de capital-dinheiro nos bancos, a taxa de juros diminui a níveis semelhantes ao da fase de prosperidade. Por outro lado, o esgotamento dos estoques das mercadorias, ocorrido na última etapa da crise, permite o início da restauração dos preços, como resultado da diminuição da oferta.

No entanto, o preço da força de trabalho permanece sob pressão da insuficiente demanda já que a dificuldade de acumulação continua, por algum tempo, durante a depressão. Como resultado disso os salários caem aumentando a mais-valia. Assim, nesta fase coexistem, por algum tempo, o excesso de capital real, a abundância de capital-dinheiro (conseguida a partir do processo de ajustamento das relações de débito na fase anterior) e uma superpopulação relativa a qual começou a ser reconstituída na fase de crise e continuará durante a depressão.

A despeito dessas condições favoráveis para o capital a estagnação do processo de acumulação continua em função da dificuldade de reestruturar condições equilibradas para uma nova acumulação real de capital. Itoh destaca dois grandes elementos que se constituem como fatores de entrave da acumulação nesta fase. O primeiro é o aumento dos preços das mercadorias em algumas indústrias em contraposição à queda dos preços em outras e a fraca demanda por parte dos trabalha-

dores, causada tanto pelo aumento do desemprego como pela queda dos salários reais. O segundo elemento, o qual é colocado por Itoh como a 'raiz do problema' é a existência de grandes quantidades de capitais fixos. Na prosperidade eles não se constituíam como entraves, uma vez que, ainda eram lucrativos. Agora, com a atividade industrial estagnada, os capitais tentam buscar ramos industriais ou processos produtivos mais lucrativos. No entanto, a existência de capital fixo cria dificuldades para esses movimentos, na medida em que, antes de serem substituídos ou abandonados, os capitais devem ser depreciados⁵.

A saída apontada por Itoh é que “enquanto os capitais em geral estão, ainda, restringidos pelo existente capital fixo, capitais excepcionais, que adotarem novas máquinas aperfeiçoadas, devem obter lucro extra e podem individualmente escapar dos constrangimentos gerais sobre a acumulação de capital.” (Itoh 1988:322) A possibilidade de lucro extraordinário estimula a competição e, portanto, os capitalistas são forçados a modificar a composição técnica do capital na tentativa de tornarem-se mais competitivos. Assim, a inovação tecnológica constitui-se como característica principal da fase de depressão. Com novas relações de produção constituídas nas principais esferas industriais o processo de expansão da acumulação, sob taxas de lucros satisfatórias, transforma-se numa nova fase de prosperidade. Esse “novo processo de prosperidade alcançará níveis de acumulação mais altos do que a fase próspera precedente”, com uma superpopulação relativa restaurada em função do aumento da composição orgânica do capital. Assim, completou-se o ciclo que se repetirá, ainda, indefinidas vezes. (Itoh 1988: 324)

A conclusão geral obtida desta teoria é que o aumento dos salários durante a prosperidade, decorrente da absorção da superpopulação relativa, comprime a lucratividade dos capitais gerando a crise. De forma inversa, os salários diminuem com a reconstituição do exército industrial de reserva durante a crise e essa diminuição se intensifica durante a depressão.

⁵ Entretanto, a depreciação do capital fixo é dificultada pela alta porcentagem de capacidade ociosa, o que impede sua utilização e conseqüente depreciação. Por outro lado, os baixos custos de salários intensificam a dificuldade de substituir o capital fixo existente por novas máquinas, na medida em que estas não se mostram mais lucrativas do que o emprego da própria força de trabalho. Outro aspecto que colabora com toda essa dificuldade é que o crédito comercial de curto prazo, direcionado freqüentemente para o capital circulante, não é adequado para o financiamento de capital fixo, dada a natureza de longo prazo exigida por empréstimos deste tipo. Assim, os capitalistas precisam criar fundos de acumulação antes de tentar substituir seus capitais fixos.

3. Observações sobre a teoria da escassez de força de trabalho

Apropriando-se, da forma que mais lhe convém, dos argumentos expostos por Marx na “Lei geral da acumulação capitalista”, Itoh constrói uma teoria de crise que coaduna a formação, exaustão e reconstituição do exército industrial de reserva com os movimentos dos salários ao longo do ciclo, tendo como grande mérito a tentativa de considerar o importante papel do crédito para explicação da crise. Contudo, as economias capitalistas, sobretudo nas últimas décadas, vivenciaram ciclos econômicos que coexistiram com altas taxas de desemprego e salários a níveis bastante reduzidos. Assim sendo, parece necessário examinar os argumentos de Itoh tanto do ponto de vista metodológico quanto conceitual.

3.1 A natureza das crises econômicas

As crises econômicas entendidas na perspectiva desenvolvida por Marx em *O capital* e em *Teorias da mais-valia* são “sempre apenas *soluções momentâneas* violentas das *contradições*, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado.” (Marx 1986:188). “Ademais, crise é apenas a imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornam independentes uma das outras” (Marx 1980:945). O entendimento da natureza da crise enquanto solução das contradições do modo de produção capitalista e o entendimento das contradições⁶ enquanto dissociações de unidades essenciais que deveriam permanecer juntas parece uma importante indicação metodológica para o estudo das crises. Perguntar-se o que é uma contradição, quais as contradições do processo de reprodução do capital e como elas interagem para formar as crises deveria ser o ponto de partida para qualquer estudioso do tema.

Não obstante, é curioso verificar que os teóricos marxistas do campo econômico que se dedicaram ao estudo das crises nunca refletiram sobre o conceito de contradição e muito menos sobre a natureza

⁶ O termo contradição não possui um significado único nem na literatura marxista nem nas obras do próprio Marx. Para Bhaskar, por exemplo, o termo contradição é utilizado por Marx, para designar: (a) inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intra-discursivas; (b) oposições extra-discursivas; (c) contradições dialéticas históricas; e (d) contradições dialéticas estruturais. (1988, p. 80). Para Zelený, Marx utiliza o termo com o significado de: (a) inconseqüência no pensamento; (b) discrepância entre teorias de diversos autores; (c) choques entre forças contrapostas e antagonismos mecânicos; (d) incongruência entre fenômenos; e (e) contradição interna que pode expressar-se numa contradição externa. (p. 133-34). Contudo, parece correto propor que quando Marx utiliza o termo associado ao tema crise, sobretudo na *Teorias da Mais-Valia*, ele signifique a unidade e dissociação dos elementos que conectam a produção e a circulação das mercadorias.

metodológica do capítulo XVII da *Teorias da mais-valia*. Isso fica evidente na obra de Itoh, sobretudo em *The formation of Marx's theory of crisis*, quando ao analisar o suposto desenvolvimento da teoria de crise de Marx desde o *Grundrisse* até *O capital* na parte dedicada à *Teorias da mais-valia* o autor não discute em momento algum essas questões metodológicas importantes e, talvez por isso, enxergue aí somente a existência de uma teoria de crise do tipo “excesso de mercadoria” tanto da variante subconsumista quanto da desproporção dos ramos industriais, conforme tipologia criada por ele próprio⁷. Dada a incompreensão do método restou-lhe apenas escolher arbitrariamente um elemento (a escassez de força de trabalho) como causa da crise, e tentar coaduná-lo com outros fragmentos teóricos ignorando um importante fio condutor metodológico legado por Marx⁸.

3.2 O Trato Inadequado dos Conceitos de Abstrato e Concreto

O método de investigação da realidade apresentado por Marx na *Introdução à Crítica da Economia Política* propõe que se parta do concreto (enquanto representação caótica da realidade) em direção ao abstrato [enquanto processo que elimina as características não essenciais de um conjunto de fenômenos, preservando a característica geral comum a todos eles (Germer 2000:07)] e deste novamente ao concreto (enquanto reprodução da realidade pelo pensamento – concreto pensado). Uma teoria só está completa ao percorrer este caminho. Diferente disso é o concreto empírico que se refere a aplicação da teoria para estudos específicos da experiência capitalista.

Analisando, com base nessa conceituação, a teoria de escassez de força de trabalho proposta por Itoh parece que este trata indistintamente o concreto pensado e o concreto empírico. Ao longo do texto Itoh ressalta insistentemente a necessidade de se construir uma teoria de crise “ao nível dos princípios básicos”. O processo de abstração deve partir, segundo o autor, do estágio liberal do capitalismo deixando-se para estudar fatores causais e incidentes que caracterizam outros períodos e ci-

7 “The main emphasis of Marx’s discussion is still on the excess commodity theory, as in the *Grundrisse*. (...) Marx here still maintains, in part, the under-consumptionist type of view to explain the necessity of crisis (...) However, he puts more stress on the disproportionality type of crisis theory, reflecting the progress of his inquiry into the inter-sectoral relations among capitals.” (Itoh 1978:138)

8 Deve-se ressaltar que não cabe somente a Itoh o ônus de não conceber o capítulo XVII da *Teorias da mais-valia* como indicação metodológica para o estudo das crises. A grande maioria dos teóricos que estudaram as crises ignorou o conceito de contradição e não se ocupou em identificá-las e articulá-las num corpo teórico único. Isto fica evidente em face das inúmeras teorias de crise que se apegam a apenas uma contradição e desconsiderando as demais.

clos em níveis mais concretos de pesquisa.⁹ Este último “concreto” parece referir-se ao concreto empírico. Mas a noção de abstração é justamente abstrair as características que não são essenciais e manter as características que são comuns e determinantes do fenômeno independentemente dos períodos históricos de um determinado modo de produção. Neste sentido, não parece que o mecanismo causal da crise tenha sido um no período do capitalismo mercantilista, outro no capitalismo liberal e ainda outro na fase imperialista. O que pode ter mudado é a forma de manifestação da crise, mas não o mecanismo causal. Assim sendo, parece inadequado propor que a base da abstração seja o período do capitalismo liberal.

Além disso, o autor coloca como causa da crise a escassez de força de trabalho que, de modo algum, pode ser concebida como resultado do processo de acumulação de capital em nenhum estágio histórico do capitalismo – como já demonstrado por Marx na lei geral da acumulação¹⁰ – mas sim como resultado de condições institucionais (como, por exemplo, uma rigorosa legislação trabalhista, no estilo dos empregos vitalícios japoneses) específicas de um período histórico ou de um país determinado. Assim, parece mais consistente conceber uma possível escassez de força de trabalho como ocorrência específica observada a partir de uma análise empírica do que como resultado do processo de acumulação de capital “ao nível dos princípios básicos”. Ao nível dos princípios básicos deve valer o desenvolvimento teórico já empreendido por Marx acerca da lei geral da acumulação capitalista e acerca da natureza da concorrência.

3.3 A dinâmica da concorrência e a composição do capital

O argumento central de Itoh é que na fase da prosperidade a composição do capital permanece constante. O autor apresenta dois motivos que supostamente garantiriam esta hipótese. O primeiro argumento é que na prosperidade a pressão competitiva seria fraca e por isso não haveria estímulo para racionalização dos métodos produtivos. Contudo, a própria noção de concorrência em Marx é contraditória com o argumento de “pressão concorrencial fraca”: “(...) a concorrência é nada

9 “The theory of regular periodical business cycles and crises must be abstracted from the stage of economic liberalism, because in this period capitalism repeated its most typical cycle of prosperity, crisis and depression around every ten years, following a similar course and with the least state intervention. At the same time various causal factors and incidents which characterize each individual cycle, even within the same stage of liberalism, must certainly be excluded from the basic theory and studied at more concrete levels of research.” (Itoh 1988:290).

10 No item subsequente serão resgatados os argumentos de Marx que demonstram a impossibilidade de que a escassez de força de trabalho limite a acumulação.

mais que o modo como muitos capitais *forçam as determinações inerentes do capital* sobre os demais e sobre si mesmos¹¹(Marx 1993:651). E quais são as determinações inerentes do capital? Duas determinações inerentes ao capital parecem as mais importantes e estão diretamente ligadas ao aumento da composição orgânica do capital.

A primeira é a busca pelo lucro extraordinário. A concorrência entre os capitais estimula o aumento da produtividade do trabalho com o intuito de baratear os preços de suas mercadorias e auferir, pela diferença entre o preço individual e o preço de mercado, a mais-valia extraordinária. Portanto, é a própria concorrência que, em última análise, exerce pressão para o aumento da produtividade do trabalho. “A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Não se alterando as demais circunstâncias, o barateamento das mercadorias depende da produtividade do trabalho, e este, da escala da produção. Os capitais grandes esmagam os pequenos.” (Marx, 1985a, p.196). Além disso, a ameaça da lucratividade pelo próprio aumento da parcela salarial constitui-se uma boa motivação para os capitalistas modificarem seus processos produtivos, substituindo trabalhadores por máquinas. Enquanto o custo total da máquina (incluindo custos de aquisição, depreciação e custos em se desfazer do capital fixo) for menor do que o custo com a força de trabalho, então, certamente haverá interesse em modificar a composição do capital, em prol do capital constante e em detrimento do capital variável. Portanto, durante a fase de prosperidade os salários poderão aumentar, mas encontrarão seu limite no aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, no aumento do exército industrial de reserva.

A segunda é a necessidade de controlar o processo de trabalho. Shaikh (1991) argumenta que a mecanização, torna-se a expressão dominante do desenvolvimento da produtividade social do trabalho. O objetivo final do capitalista ao comprar a força de trabalho é extrair a máxima produtividade possível durante o processo de trabalho. Isto era feito, na fase inicial do capitalismo, através da intensificação e do aumento da jornada de trabalho. Na medida em que esses procedimentos tornam-se difíceis de serem colocados em prática, seja pelo limites físicos dos próprios trabalhadores, seja pela legislação trabalhista em vigor, os capitalistas se encontram cada vez mais obrigados a aumentar a produtividade do trabalho através de modificações no próprio processo de trabalho. Por isso, o impulso à mecanização se dá de forma independente do movimento do salário real, provém do fato de que o capital tem necessidade de controlar o processo de trabalho, tornando-o cada vez mais independente da própria força de trabalho.

11 “(...) competition is nothing more than the way in which the many capitals force the inherent determinants of capital upon one another and upon themselves.” (Marx 1993:651).

O segundo argumento apresentado por Itoh para assegurar que na prosperidade a composição do capital se mantém constante é a dificuldade de substituir o capital fixo existente. Esta dificuldade teria origem no fato de que o capital fixo deve ser depreciado por completo antes de sua substituição. Neste caso, Itoh considera apenas a depreciação física do capital fixo que, de fato, é uma necessidade do capital. Entretanto, a concorrência impõe a *depreciação moral* do capital constante:

Finalmente, como em toda grande indústria, o desgaste moral desempenha aqui também seu papel. (...) Os meios de trabalho em grande parte são constantemente revolucionados pelo progresso da indústria. Por isso, não são repostos, em sua forma original, mas na forma revolucionada. Por um lado, a massa do capital fixo que é investida em determinada forma natural e destinada a perdurar na mesma por determinado tempo médio de vida constitui um motivo para a introdução apenas gradual de novas máquinas etc. e, por isso, um obstáculo à rápida introdução geral dos meios de trabalho aperfeiçoados. Por outro, a luta concorrencial, notadamente quando se trata de inovações decisivas, *obriga* a substituir os antigos meios de trabalho *antes do fim natural de sua vida por novos*. (Marx 1985b:125).

Assim sendo, o argumento de que a existência de capital fixo não depreciado fisicamente impede por completo sua renovação e garante que na prosperidade a composição do capital não aumente não pode ser mantido diante do fato de que a concorrência, sobretudo a busca pelo lucro extraordinário, provoca a depreciação moral do capital fixo e, portanto, a necessidade de sua substituição precoce.

3.4 A noção de Exército Industrial de Reserva

Outro aspecto, na teoria de Itoh, que chama a atenção é a possibilidade de exaustão completa do exército industrial de reserva. Esta exaustão completa só pode ocorrer porque Itoh considera como exército industrial de reserva apenas a superpopulação relativa resultante do próprio processo de acumulação de capital. O autor argumenta que grande parte dos trabalhadores incluídos na forma latente e estagnada devem ser desconsiderados, pois estão ligados ao processo de decomposição do modo de produção anterior ao capitalismo e não às leis internas de

movimento do capital¹². Isto significa que, do ponto de vista de Itoh, o exército industrial de reserva é menor do que do ponto de vista de Marx e, portanto, mais fácil de ser exaurido.

Entretanto, esta noção de exército industrial de reserva proposta por Itoh não parece adequada uma vez que durante todo o século XX o capitalismo experimentou uma fantástica revolução nos métodos de trabalho na agricultura (e em outras esferas) possibilitando a manutenção e o acréscimo da parcela do exército industrial de reserva considerada como latente. Além disso, esta revolução nos métodos de trabalho na agricultura não estão associados a outra coisa senão às leis internas de movimento do capital social. O mesmo pode ser dito da parcela considerada estagnada. Portanto, considerando a noção de exército industrial de reserva proposta por Marx, e não por Itoh, parece cada vez mais difícil que a superpopulação relativa seja completamente exaurida e que os salários atinjam níveis tão elevados a ponto de afetar a lucratividade do capital e, com isso, gerar uma crise.

Considerações finais

No capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista Marx apresenta duas hipóteses diferentes para demonstrar a relação existente entre a acumulação e os salários. A primeira hipótese, a manutenção constante da composição do capital, cujo resultado aponta a acumulação como reguladora dos salários, parece ter tido muito mais um caráter didático para ajudar na exposição do problema. É verdade que no mesmo capítulo Marx não demonstra os argumentos acerca da tendência crescente da composição do capital, que constitui a segunda hipótese. Entretanto, estas demonstrações estão dispersas no restante de sua obra, sobretudo nos capítulos que abordam o tema da concorrência. Assim sendo, o primeiro resultado importante a ser retirado da lei geral da acumulação capitalista é que dada a tendência de aumento da composição do capital o mecanismo regulador dos salários é a formação do exército industrial de reserva. O segundo resultado refere-se a natureza cíclica de formação deste exército. Na fase de prosperidade a superpopulação relativa pode ser absorvida, em certa medida, enquanto na crise e na depressão

¹²(...) Marx tended to regard all of industrial reserve army which actually existed outside of the central capitalist industries as a relative surplus-population expelled from capitalist production. As a result it seems that capitalist production is an extremely powerful mechanism for generating an excess population. However, a large number of people, especially classified in the latent and the stagnant forms of the reserve army were in these position through the process of social decomposition induced by capitalist development at the centre, and not through being expelled from the inside of capitalist production. Although they surely play the role of a reserve army for capitalist production, the process and the result of their formation should be categorically distinguished from the production of a relative surplus-population as the result of capitalist accumulation itself. (Itoh 1988:299).

esta superpopulação é reconstituída. Entretanto, conforme a mecanização penetra todas as esferas da sociedade (industrial, comercial, agrícola, financeira) o exército industrial cresce a ponto de ficar cada vez mais difícil sua exaustão significativa nas fases de prosperidade. Ele torna-se, na realidade, condição de existência do modo de produção capitalista.

Itoh, ao construir sua teoria de crise, tentou coadunar estes argumentos de Marx colocando como hipótese central a manutenção relativamente constante da composição do capital na fase da prosperidade. Em decorrência disso, o exército industrial de reserva é totalmente exaurido pressionando os salários para cima e limitando a lucratividade do capital. Esta compressão dos lucros pelos salários gera uma superacumulação de capital em relação à população trabalhadora e disso decorre a causa da crise.

A observação empírica dos ciclos econômicos, sobretudo das últimas décadas, em que todas as fases coexistiram com altas taxas de desemprego e baixos salários, exige uma análise crítica dos argumentos de Itoh. Do ponto de vista metodológico, observa-se um curioso desinteresse pelas indicações deixadas por Marx em *Teorias da mais-valia*, tanto no aspecto relacionado à natureza da crise enquanto solução das contradições do capitalismo quanto no aspecto do método abstrato-concreto. Do ponto de vista conceitual, o resgate da noção de concorrência baseada na imposição das determinações inerentes ao capital e o exame da noção de exército industrial de reserva indicam que a composição do capital dificilmente pode se manter inalterada, até mesmo na prosperidade, implicando na renovação constante da superpopulação relativa, na manutenção de baixos salários e, portanto, na impossibilidade de que a escassez de força de trabalho constitua elemento causal da crise.

Referencias

- GERMER, C. M. (2000) *Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx*. URL: <http://www.gre.ac.uk/~fa03/iwgvf/files/01-germer-portuguese.rft>. Acesso em: 30 abr. 2006.
- GIUSSANI, P. (1991). Value of labour-power and the wage. *International Journal of Political Economy*. URL: <http://www.mesharpe.com>. Acesso em: 03 out. 2004.
- ITOH, M. (1978). The formation of Marx's theory of crisis. *Science and Society*, v.XLII, n.2, summer.
- ITOH, M. (1988). *The basic theory of capitalism: the forms and substance of the capitalist economy*. New Jersey: Barnes and Noble Books.
- MARX, K. (1985a). *O capital: crítica da economia política*. 2. ed., livro I, v.II.

AQUINO, D. A lei geral da acumulação capitalista e a teoria de crise baseada na...

São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K. (1985b). *O capital: crítica da economia política*. 2. ed., livro II, v.III. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K. (1986). *O capital: crítica da economia política*. 2. ed., livro III, v.IV. São Paulo: Nova Cultural.

MARX, K. (1980). *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de O Capital, v.II. São Paulo: DIFEL.

MARX, K. (1993). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Tradução por: Martin Nicolaus. London: Penguin Books.

MARX, K. (2003) *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes.

SHAIKH, A. (1991). *Valor, acumulación y crisis: ensaios de economía política*. Bogotá: Tercer Mundo Editores.

WEISSKOPF, T. E. (1979). "Marxian Crisis Theory and the Rate of Profit in the Postwar U. S. Economy". *Cambridge Journal of Economics* (3: 341-78).